



EDUCAÇÃO POLICIAL MILITAR: ANTAGONISMO ENTRE VIOLÊNCIA E DIREITOS HUMANOS NA FORMAÇÃO DOS SOLDADOS BRASILEIROS

Raquel Mirian Nóbrega (1); Vanderlan Francisco da Silva (2)

Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), E-mail: raquellufcg@gmail.com (1)

Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), E-mail: vanderlansilva@uol.com.br (2)

Resumo: Este trabalho versa sobre a formação policial militar baseado em uma pesquisa realizada com soldados da Polícia Militar da Paraíba (PMPB) para conclusão do Mestrado no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande (PPGCS-UFCG). A pesquisa foi desenvolvida entre outubro e dezembro de 2013, no 10º BPM (Batalhão da Polícia Militar) e no 2º BPM-PB, localizados na cidade de Campina Grande-PB. Na oportunidade, a interiorização do estilo de vida militar é analisada a partir da didática e do currículo empregados no Curso de Formação de Soldados (CFSd). A metodologia é qualitativa e lança mão de entrevistas realizadas a partir de um roteiro semiestruturado. Referenciais empíricos e teóricos da área da Segurança Pública brasileira e das Ciências Sociais, tais como Balestreri, Goffman e Foucault fornecem o suporte teórico para a discussão dos dados. A pesquisa aponta que o processo de formação na Polícia Militar se assemelha àqueles das instituições do tipo “Totais” e revelam técnicas de disciplinarização que norteiam a formação policial e marginalizam uma educação humanística, proposta pela Matriz Curricular Nacional, em detrimento de outra, adestradora. O estudo contribui para pensar a educação da Polícia Militar brasileira, cujos discursos e práticas empregados nos CFSd’s denotam as contradições de uma educação orientada pelo currículo oculto, caracterizado pela violência física e simbólica.

Palavras-chave: Educação, Polícia Militar, Direitos Humanos.

1 Introdução

O tema Segurança Pública ocupa nos dias atuais espaço privilegiado nos jornais em suas variadas modalidades, nos diálogos corriqueiros da população e nas estatísticas públicas brasileiras. O ano de 2013, por exemplo, foi marcado pela divulgação de relevantes pesquisas na área, cujos resultados mostraram que o Nordeste, em especial a Paraíba, se destacou no âmbito nacional pelos altos índices de violência. A Pesquisa Perfil das Instituições de Segurança Pública (BRASIL, 2013b) e os Mapas da Violência 2013 “Homicídios e juventude no Brasil” e “Mortes matadas por armas de fogo” (WAISELFISZ, 2013) estão entre as publicações recentes sobre polícia, mortes e violência no cenário nacional. Além das estatísticas, as manifestações públicas que ocorreram em

todo o país, em julho de 2013, desvelaram, na voz da própria população, novos questionamentos acerca da atuação da polícia ostensiva.

Em 2015, o Brasil se destacou mundialmente pela divulgação de pesquisas internacionais que acentuam o retrocesso dos Direitos Humanos na segurança pública. O relatório anual da Anistia Internacional intitulado “Informe 2015/1016: o estado dos Direitos Humanos no mundo”, apontou o despreparo da nossa polícia ostensiva cuja evidência, por exemplo, está nos altos índices de mortos nas operações policiais; em chacinas com participação direta da polícia e nas péssimas condições de sobrevivência da população carcerária do país (ANISTIA INTERNACIONAL, 2016).

A Polícia Militar, “ponta da lança” da segurança pública está no centro desta discussão, já que lhe cabem as ações de prevenção e combate ao crime (BRASIL, 2012). Neste trabalho, longe de estabelecer juízos normativos sobre a gênese da atuação dos soldados, apontamos aspectos centrais de sua identidade a partir do CFSd, onde os policiais iniciam a carreira na instituição e interiorizam, em parte, os saberes e as técnicas de segurança pública. Nosso objetivo é entender o processo de constituição da identidade policial militar a partir da estrutura metodológica empregada no CFSd. Acreditamos que o currículo oculto, apresentado nas categorias “Semana Zero” e “Muídos”, revela e justifica a importância de continuar problematizando as ações formativas dos profissionais da segurança pública brasileira.

2 Metodologia

Os diagnósticos e reflexões ora apresentados, são resultado de uma pesquisa realizada na Polícia Militar da Paraíba, em 2013, para conclusão do mestrado no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFCG (PPGCS-UFCG). A partir de diálogos com soldados e referenciais empíricos e teóricos das áreas de Ciências Sociais e segurança pública, diagnosticamos o estilo de CFSd realizado na instituição. Os soldados foram selecionados por ter engajado na PMPB no processo seletivo para o CFSd-2008, na época, o último realizado pela instituição. Os entrevistados, ou informantes participaram de cursos feitos em diferentes unidades formativas da PM entre os anos de 2009 e 2012 e tiveram suas identidades reais preservadas e substituídas por pseudônimos. As teorias das “Instituições Totais” de Goffman e Foucault estão entre os referenciais teóricos que permitem pensar a PM como uma instituição que efetiva seus processos formativos à luz daqueles realizados em instituições do tipo “Totais”.

Consideramos a formação do soldado a partir dos recursos metodológicos oficiais e não oficiais do CFSd, os segundos delineados pelas categorias “Semana Zero” e “Muídos”. A análise permitiu diagnosticar que o modelo de educação policial militar proposto pela SENASP (Secretaria Nacional de Segurança Pública) chamado comunitário ou, cidadão fica em segundo plano em detrimento de uma educação militarista que compõe o fenômeno chamado “currículo oculto”, que ocupa grande parte do tempo empregado para a educação dos soldados.

Apesar dos esforços e investidas na formação orientada para a cidadania, os discursos e os métodos dos CFSd’s brasileiros ainda têm a violência psicológica e física enquanto técnicas primordiais de socialização dos soldados. Isto foi diagnosticado não somente na PMPB, mas também por pesquisadores de segurança pública do Brasil, tais como Balestreri, que pensa o antagonismo entre cidadania e violência na educação policial. O tema, amplamente discutido, longe de constituir uma realidade paraibana está incrustado nas academias da Polícia Militar de todo o país. A necessidade de rediscuti-lo hoje, é tão relevante quanto foi no período áureo da redemocratização do Brasil.

3 A interiorização do estilo de vida militar

“Uma vez que a mente já está colonizada, devíamos pelo menos tentar examinar o processo colonizador” (DOUGLAS, 2004).

A descrição e a análise do sistema de educação da Polícia Militar são complexas e desafiadoras, pois grande parte de suas práticas didáticas estão veladas no íntimo da instituição. Obviamente, uma ação formativa não inclui somente sua metodologia curricular, mas também estrutura física, tecnológica e humana; intenções à frente e por atrás dos atos, dos sujeitos e dos objetos nela envolvidos, contudo é a partir da primeira perspectiva que centramos nosso estudo.

O fenômeno intitulado pelos pesquisadores de segurança pública “currículo oculto” aponta que no Brasil, a educação na PM possui duas estruturas metodológicas: a primeira, atende às indicações da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), presente na Matriz Curricular Nacional (BRASIL, 2008); a segunda, dissimulada, tem a disciplina, ou o adestramento como seu instrumento primordial de educação. Uma “formação deformadora”

(BALESTRERI, 2008, p. 1998), já que seus aspectos evidenciam que o preparo para a subordinação hierárquica e a disciplina, valores primordiais da Polícia Militar, fundamentam a formação do soldado.

3.1 Aspectos da Matriz Curricular Nacional para Ações Formativas dos Profissionais de Segurança Pública

Os modelos de polícia ostensiva chamadas Comunitária (SP), Pacificadora (RJ), Solidária (PB) e da Boa Vizinhança (CE), são novas propostas de policiamento que investem não mais no policial de postura militarista, mas no profissional aberto ao contato passivo e dialogado com os civis. A Matriz Curricular Nacional (BRASIL, 2008) é a proposta do Governo Federal que orienta as academias de polícia acerca da educação policial militar fundamentada na noção de cidadania.

Segundo a SENASP, as ações formativas de segurança pública devem ser planejadas com base na Matriz Curricular Nacional e tem como objetivo central:

[...] favorecer a compreensão do exercício da atividade de Segurança Pública como prática da cidadania, da participação profissional, social e política num Estado Democrático de Direito, estimulando a adoção de atitudes de justiça, cooperação, respeito à lei, promoção humana e repúdio a qualquer forma de intolerância (BRASIL, 2008, p. 14).

A “Matriz” é “uma perspectiva além das competências técnicas e operativas” do profissional e apresenta orientações para “o currículo, a organização curricular, os espaços e tempos” (op. cit., p. 6) das ações de educação policial. Ela sugere que os conteúdos, ou seja, as disciplinas dos cursos devem se ocupar não somente em preparar o soldado para agir com o corpo - nas aulas de autodefesa, de manuseio de armas, etc. - mas também de um soldado que desenvolva suas habilidades, ou competências cognitivas e éticas.

Os Eixos Articuladores das ações formativas são quatro: primeiro, Sujeito e Interações no Contexto da Segurança Pública; segundo, Sociedade, Poder, Estado e Espaço Público e Segurança Pública; terceiro, Ética, Cidadania, Direitos Humanos e Segurança Pública e quarto, Diversidade, Conflitos e Segurança Pública. Eles fornecem a base dos conteúdos das disciplinas que são escolhidas pela sua pertinência social e “conduzem para a reflexão sobre os papéis individuais, sociais, históricos e político do profissional e das instituições de Segurança Pública” (op. cit., p. 15).

Na Matriz, as disciplinas teóricas indicadas com maior carga horária são: Direitos Humanos (6%), Relações humanas (6%), Saúde e Segurança Aplicada ao Trabalho (6%) e Ética e Cidadania (6%). As demais compreendem: Sistema de Segurança Pública no Brasil (5%), Fundamentos da Gestão Pública (5%), Fundamentos da Gestão Integrada e Comunitária (5%), Abordagem Sociopsicológica da Violência e do Crime (4%), Criminologia Aplicada à Segurança Pública (5%), Análise de Cenários e Riscos (5%), Fundamentos dos Conhecimentos Jurídicos (5%), Prevenção, Mediação e Resolução de Conflitos (4%), Gerenciamento Integrado de Crises e Desastres (4%), Língua e Comunicação (4%), Telecomunicações (4%), Sistemas Informatizados (4%), Gestão da informação (5%), Preservação e Valorização da Prova (4%), Primeiros Socorros (4%) e Uso da força (5%) (op. cit., p. 35-36). Elas devem compor de “40% a 25% da carga horária total do CFSd.

Nesta perspectiva, as ações formativas devem atentar não somente para o processo de disciplinarização do corpo e preparo para a obediência hierárquica imanente ao exercício da profissão, mas de um soldado destinado não apenas a interferir, mas também interagir com a população. Ora, a grade curricular do CFSd-PMPB atende as sugestões da Matriz Curricular destinando em média 25% de carga horária para disciplinas teóricas que contemplam os eixos articuladores. Porém, todo o restante do conteúdo diz respeito aos exercícios operacionais, ou de prática policial, isto somado ao fato de que entre os instrutores das trinta e duas disciplinas, em média apenas dois são civis.

Pelo fato de possuir a maioria de sua carga horária de disciplinas teóricas, o CFSd é amplamente criticado pelos policiais, pois não contemplaria a “realidade das ruas”. Os informantes Michel e Carlos, por exemplo, pensam que disciplinas de Direito e de Prática Policial poderiam ter uma carga horária maior, já que os policiais devem, necessariamente, estar “a par” do código de leis do seu país, fator elementar de seu trabalho. Também há um apelo dos PM’s pelo aumento da carga horária de Defesa Pessoal e Prática de Tiro, destacadas não só por Carlos, mas também por Joel e Kátia, e outros, que sugerem uma reformulação na grade curricular do curso.

Neste sentido, além de já possuir grande parte de seu conteúdo de disciplinas operacionais, os alunos solicitam mais. Nenhum dos informantes citou polícia comunitária, ou cidadania como discussão teórica indispensável ao policiamento ostensivo. O reclame, quase unânime, nos convida a reflexão: as atividades que soldados realizam em seu cotidiano envolvem, necessariamente, uso da força e da arma de fogo?

O diálogo com os soldados revela uma concepção do cotidiano policial fortemente atrelado ao combate ao crime, ao confronto com

delinquentes e ao uso da força física, fenômeno questionável e inquietante. Soares (2014) afirma que no “cotidiano das PM’s, confrontos armados que exigem pronto-emprego representam menos de 1%”, de forma que “não faz sentido estruturar toda uma organização para atender a 1% de suas ações”.

Brasil (2011, p. 111) reflete que chegou a hora “de repensar as ações formativas necessárias e fundamentais para a reforma e qualificação das instituições que compõem o Sistema de Segurança Pública”. Para a autora, uma formação policial “orientada pelo paradigma dos direitos humanos e da cidadania” é indispensável para a solução dos conflitos e “pacificação dos espaços sociais”. Perguntamos: o que fazer se os atores elementares deste processo transformador, ou seja, os policiais não estão conscientes da necessidade desta mudança?

3.2 Currículo oculto da polícia: a “semana zero” e os “muídos”

O currículo oculto é a metodologia velada no íntimo das instituições PM’s brasileiras. As expressões “semana zero” e “muídos” são categorias eminentemente militares e representam seus conteúdos e práticas. Nem nos discursos oficiais da PM, nem na Matriz Curricular há evidência de sua existência, pois dele não se fala e nada se mostra. Dissimulada, consiste em métodos de adestramento característicos das instituições Totais e embora perpassem toda a formação do soldado é na primeira semana do CFSd, denominada “zero” que são usadas em sua plenitude. A informante Denize explica:

A Semana Zero é o início, a questão da adaptação à vida militar. A gente fica lá a semana inteira. No meu batalhão pegaram até os celulares da gente. Uma semana sem celular, sem se comunicar com ninguém. [...]. Uma semana de exercício físico. Faxina, muita faxina, essa questão de punição, que a gente chama de pagação, pagar; correr muito, pagar flexão muito. Só muído, muído que a gente chama muendo com o psicológico da gente.

Embora a Polícia Militar não seja classificada de instituição do tipo Total pois não possui um dos principais distintivos, a saber, a clausura total, ou o controle espaço-temporal inflexível do indivíduo (FOUCAULT, 1987), seus métodos de educação em muito se assemelham aos das instituições “fechadas”. Quando o indivíduo entra neste tipo de estabelecimento passa por um processo “mutilação do eu” construído por “disposições sociais estáveis no seu mundo doméstico” (GOFFMAN, 1974, p. 24). Isto se dá afetando o corpo e a moral - aparência, pensamentos, sentimentos, conduta, etc. - e constitui o momento em que o ator é “despojado de suas defesas, satisfações e

afirmações usuais” (Op. cit). Na Polícia Militar, a “semana zero” é o momento em que o estabelecimento lança mão de métodos característicos de instituições Totais para socializar os soldados. Neste período, eles são enclausurados e “iniciam a aquisição” dos papéis militares.

As primeiras ações são as de desfiguração da “fachada” civil, com a perda do nome e o distanciamento do mundo doméstico. Neste período, a clausura representa o afastamento do soldado daquilo que lembra suas socializações anteriores. Processo semelhante àquele analisado por Goffman (1974, p. 28) em instituições “fechadas”:

[...] ao ser admitido numa instituição Total, é muito provável que o indivíduo seja despido de sua aparência usual, bem como dos equipamentos e serviços com os quais a mantém, o que provoca desfiguração pessoal.

Despido de sua aparência habitual, o soldado passa, em seguida, por processos constantes de mutilações através de ofensivas morais e físicas. Os testes são de exaustão e o aluno é levado a provar o limite de suas habilidades fisiológicas. Ficar sem dormir, rastejar na lama, ou na terra, estar exposto ao sol, ser obrigado a comer alimentos estragados, levar tapas e empurrões e correr léguas são apenas alguns dos tipos de imposições feitas aos alunos para medir sua resistência.

Equivalente à exaustão física está a psicológica. Suportar gritos, xingamentos, humilhações, desmoralização e rebaixamento público colocam o indivíduo em conflito com suas concepções de mundo (GOFFMAN, 1974), ou como afirmam os informantes, “moem”, bagunçam com seu psicológico e seu corpo. Carlos, destaca a exaustão à que foi submetido em seu CFSd, em Cajazeiras:

Na Semana Zero o que mais ficou marcado foi o dia do nosso batizado, né? Nós vínhamos já de três dias sem dormir, setenta e duas horas sem dormir, e quando anoiteceu levaram a gente pra dormir de meia noite, e duas horas da manhã invadiram a sala, soltando bombas de gás lacrimogêneo, dando chute em alunos, tapas, empurrão, jogando aluno em parede e teve um aluno que caiu com uma granada de gás lacrimogêneo e tiraram ele de dentro da sala quase apagado e o cara ficou vomitando muito lá fora. Eu fiquei impressionado porque quase não tinha assistência médica. Tinha uma “fem” que era enfermeira, mas se o cara tivesse tido uma coisa mais séria como uma parada cardíaca, não tinha estrutura nenhuma. Tinha o pessoal do corpo de bombeiros, mas não tinha equipamentos [...]. Aí, depois disso, nos colocaram num banheiro, vinte e nove pessoas num banheiro, e tome gás! [...]. Eu não sei a noite dos outros, mas aquela foi a pior noite da minha vida.

O depoimento de Carlos é impressionante. O gás lacrimogêneo utilizado pela polícia para dispersar multidões é a mesma “arma” usada para educar. As ações perpetradas sobre os alunos representam um tipo de tratamento que sugere que tais profissionais vão trabalhar em uma guerra entre nações e não com a população. Há que

se notar que as técnicas usadas para educar soldados são idênticas àquelas usadas por grupos de policiais no trabalho de rua, configurada no uso de artifícios tais como tapas e chutes características do baculejo (SÁ; NETO, 2011).

Justificando este tipo de formação, a Polícia Militar descreve os muídos como simulações de possíveis situações reais. Um dos Oficiais informantes da nossa pesquisa - que denominamos Alberto - afirma que a semana zero é o período em que a instituição “convida o soldado a pensar se é aquilo que ele quer para sua vida”. Precisa-se, portanto, “martelar isso na cabeça” dele. Momento, portanto, de convidá-lo a pensar se quer realmente “passar noites acordado”; saber que pode estar de plantão e “acordar com o batalhão sendo explodido”, pois polícia é uma instituição diferenciada. Questionado sobre os desmaios e outras indisposições físicas sofridas por alunos durante os muídos, Alberto afirma que existem situações particulares de alguns que não estão com a preparação física que o trabalho requer, e que recaem nos testes. Portanto, às vezes, não é a prova que é rigorosa, mas os alunos que “são fracos” para suportá-las. As simulações “não podem deixar de ser feitas” por causa de casos esporádicos, conclui.

Ora, uma formação baseada em uma realidade fictícia pode preparar os soldados para uma guerra que dificilmente ocorrerá. Observando o dia-a-dia dos soldados, nota-se que a probabilidade de um policial acordar com a UOP sendo explodida é mínima. Obviamente esta possibilidade existe, tais como os ataques às Unidades de Polícia Pacificadora (UPP's) no Rio de Janeiro em 2014¹, mas há que se pensar que este foi um caso isolado, resultante de problemas pontuais entre polícia e traficantes, porém não cotidianos, nem estendidos a todo o território nacional.

Os períodos iniciais nas instituições Totais podem ser constituídos de atos, padrões de deferência, discursos, ordenações que obriguem os novatos a praticar atos e dizer palavras que os deixem em situação de humilhação (GOFFMAN, 1974). No CFSd o uso de tal método é recorrente. Para Kátia, o modo como os instrutores do seu curso se dirigiam aos soldados exalava uma agressividade e uma falta de respeito espantosos, principalmente para as mulheres que não prestam serviço militar e não estão habituadas com este tipo de tratamento, característico dos treinamentos do exército. Há que se notar que a relação entre Polícia Militar e exército embora seja constitucional (BRASIL, 2003), não é vista de modo positivo por pesquisadores da segurança pública que pretendem uma formação mais humanística dos

¹ Entre os meses de maio e abril de 2014 algumas UPP's do Rio de Janeiro foram alvo de criminosos em resposta a conflitos locais entre policiais e traficantes de drogas. O fato foi noticiado nos principais telejornais do Brasil, da América do Norte e Europa.

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

soldados e vêm a pouca utilidade desta educação para o trabalho de rua (BALESTRERI, 1998). Mais que isso, os próprios soldados não compreendem a validade deste tipo de formação.

Eu acho que era mais a forma de falar: agora! Vai! Essa forma de falar que é meio humilhante, mas que depois você vai entendendo que aquilo não passa de um teatro. Eu acho que está arraigado na instituição militar que tem que ser daquele jeito, tem que ser grosseiro, mal educado, chocante. É só a primeira semana, depois você vê que aquilo não faz parte do nosso cotidiano, nem da instituição. Dizem que aquilo é pra o pessoal mais fraco desistir, mas deve ter uma finalidade, qual eu não sei, mas deve ter (Kátia).

Há quem demostre estima pelos múidos cujo valor seria perceptível somente quando o soldado está “na rua”. Assim pensa Michel que acredita que o aluno deve ter “aquele aperto no curso”, pois quando se depara com uma situação de “vamu ver, na agonia”, deve saber agir. Ainda que concorde com os métodos de adestramento dos soldados, o informante não deixa de pontuar que há excessos cometidos pela instituição no disciplinamento, tais como o relato do desmaio de um aluno soldado numa prova de rastejo, ao meio dia, no sol estridente de Cajazeiras. Joel, do mesmo modo, manifesta-se favorável aos métodos da Semana Zero, pois o soldado só vai entender sua serventia quando já está no trabalho de rua, dando plantões, passando a “noite em claro, “pegando peso”.

A experiência de Ricardo Balestreri com segurança pública e Direitos Humanos rejeita esta metodologia disciplinar que para o autor não forma, mas deforma estimulando instintos violentos nos soldados e corrompendo sua educação.

Em muitas academias de polícia (é claro que não em todas) os policiais parecem ainda ser “adestrados” para alguma suposta “guerra de guerrilhas”, sendo submetidos a toda ordem de maus-tratos (beber sangue no pescoço da galinha, ficar em pé sobre formigueiro, ser “afogado” na lama por superior hierárquico, comer fezes [...]).

Por uma contaminação da ideologia militar [...] os futuros policiais são, muitas vezes, submetidos a violento estresse psicológico, a fim de ativar-lhes a raiva contra o inimigo (será nesse caso, o cidadão?).

[...] Além disso, como os policiais não vão lutar na extinta guerra do Vietnã, mas atuar nas ruas das cidades, esse tipo de formação (deformadora) representa uma perda de tempo, geradora apenas de brutalidade, atraso técnico e incompetência (BALESTRERI, 2008, p. 1998).

Os relatos sobre os múidos foram extensos: instrutores jogando bombas nos pés dos alunos obrigados a correr atrás de galinhas; pegar sapos com olhos vendados, etc. Palavras e frases tais como “traumatizante”, “chocante”, “humilhante”, “grosseiro” revelam as impressões da maioria dos informantes acerca da

socialização policial militar. Entre os materiais empíricos consultados para este trabalho, dispomos de uma revista de circulação interna da polícia acerca de um CFSd realizado no 3º BPM, localizado na cidade de Patos. Na edição, há uma definição para a categoria Semana Zero, descrita como um período no qual todo o psicológico e físico dos alunos é colocado ao extremo; um “momento em que os instintos mais primitivos se evidenciam”, onde “os instrutores estimulam de forma hábil os sentimentos de união, disciplina e companheirismo”. Contudo, em momento algum de nossa pesquisa tais sentimentos foram pontuados pelos informantes como aprendizados da semana zero, mas lembranças de frustração e questionamentos sobre a formação a que foram submetidos.

Os muídos são a evidência de que a educação policial ainda está alicerçada em práticas militaristas e o currículo oculto nega as possibilidades de uma educação voltada para a cidadania. Balestreri (op. cit.) acredita que a violência com a qual se comportam alguns grupos de policiais é resquício deste modelo de educação que data do regime militar da década de 70. Há também a hipótese de que a truculência não está necessariamente ligada à história sombria do país, mas a “decisões administrativas e opções políticas” atuais, criadas para ter os efeitos que têm: a manipulação da população pelo estímulo medo (CALDEIRA, 2000). Neste sentido, os abusos policiais devem ser vistos atrelados a políticas de segurança pública usadas no próprio processo de redemocratização do país, com o apoio de instituições tais como os poderes executivos e o sistema judiciário que apoiam este tipo de comportamento (Op cit).

Somemos a tudo isto o fato de que as disciplinas teóricas do CFSd contemplam mais conteúdo operacional do que práticas reflexivas e as ações de adestramento do sujeito se unem a tais conteúdos, cujo resultado é a constituição de um soldado com uma visão distorcida das atribuições da polícia e da realidade das ruas. Tal concepção, induzida pela instituição, perpassa a carreira moral dos soldados que pensam que Prática de Tiro é uma das disciplinas primordiais do CFSd; que a função da polícia é combater o crime pelo uso da força; que o trabalho na PM é serviço braçal; que o CFSd tem excesso de disciplinas teóricas e o soldado necessita de mais conteúdos operacionais que, por sua vez, já constituem a maior parte do curso.

Ora, o dia-a-dia do trabalho do soldado não é constituído pelo contato com a população, não necessariamente criminosa? No policiamento nas cidades do interior o contato com os civis não é mais provável e recorrente do que com criminosos? No discurso dos soldados, as ciências humanas foram citados apenas nos

momentos em que se falou dos instrutores civis, que defenderiam mais os Direitos Humanos do que a polícia, para eles, lados opostos e conflitantes da sociedade.

As possibilidades de entrada de conteúdo humanístico na polícia são mínimas. A instituição se fecha nos valores dela mesma interiorizando e reproduzindo nos soldados os discursos e práticas militaristas. É inquietante ver, por exemplo, que os soldados veem os instrutores civis como os representantes dos “inimigos” da polícia - a saber, os Direitos Humanos e a sociedade - e que o trabalho de rua é equivocadamente visualizado como ação de guerra. Há que se repensar no CFSd o significado da polícia ostensiva e talvez o próprio sentido da palavra ostensão.

4 Considerações finais

A educação dos soldados das polícias militares brasileiras muito tem a evoluir. A denúncia e o estímulo à reformulação das ações formativas em segurança pública não podem acuar. A proposta da Matriz em muito limita-se a ela mesma, e a formação do soldado voltada para os Direitos Humanos é sufocada a partir de um currículo oculto que a fundamenta.

A instituição criada para coibir a violência socializa os soldados à luz da agressão e justifica seus atos a partir do discurso da simulação da realidade das ruas. A concepção é amplamente equivocada. Percebemos como “marca d’água” da educação dos soldados brasileiros um modelo distorcido de soldado da polícia, fortemente atrelado à de um soldado do exército e não de rua; de um combatente que precisa saber atirar, se defender, resistir fisicamente e psicologicamente às situações de perigo, de conflito, exaustão e pressão.

Desse modo, a semana zero e os muidos surgem como uma encenação cujos papéis e cenários tem pouca serventia para a representação nas ruas. Não sendo um fenômeno local, mas nacional, a formação desfigurada dos soldados da polícia é uma agressão não só aos próprios policiais, mas também à população que irá conviver com indivíduos que têm grande chance de reproduzir nas ruas o comportamento interiorizado dentro dos batalhões.

Referências Bibliográficas

ANISTIA INTERNACIONAL. **Informe 2015/2016**: estado dos Direitos Humanos no mundo. Disponível em: <https://anistia.org.br/direitos-humanos/informes-anuais/>. Acesso em: 07/08/2016.

- BALESTRERI, Ricardo Brisolla. **Polícia e Direitos Humanos: do antagonismo ao protagonismo**. Porto Alegre: SBAI/CAPEC, Editora Pallotti, 1994.
- _____. **Direitos humanos: coisa de polícia**. Passo Fundo: CAPEC, Paster Editora, 1998.
- BRASIL. Da segurança. In: **Constituição**. Brasília: Senado Federal, 2003.
- _____. **Matriz Curricular Nacional: para ações formativas dos profissionais da área de segurança pública**. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), 2008.
- _____. **Perfil dos cargos das instituições estaduais de segurança pública: estudo profissiográfico e mapeamento de competências**. [Programa Nacional de Desenvolvimento para as Nações Unidas (PNUD)]. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), 2012.
- _____. **Pesquisa Perfil das Instituições de Segurança Pública**. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2013b.
- _____. **Pesquisa Nacional de Vitimização**. Brasília: SENASP, 2013c.
- _____. **Estimativa do número de usuários de crack e/ou similares nas Capitais do País**. Brasília: Ministério da Saúde, Fio Cruz, Ministério da Justiça, 2013d.
- BRASIL, Glauciria Mota; LOPES, Emanuel Bruno; MIRANDA, Ana Karine P. C. **Direitos humanos e formação policial: reflexões sobre limites e possibilidades. O público e o privado**. Fortaleza: UECE, 2003. Semestral. Conteúdo: ano 9, n. 18, Julho/Dezembro, 2011.
- CALDEIRA, Tereza Pires do Rio. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Edusp, 2000.
- DOUGLAS, Mary. **Como pensam as instituições**. Tradução de Mônica Pinto. Lisboa: Instituto Piaget: 2004.
- FOUCAULT. **Vigiar e Punir**. 15ª ed. Petrópolis: Vozes, 1987.
- GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. Tradução de Dante Moreira Leite. São Paulo: Editora Perspectiva, 1974.
- PONCIONT, Paula. **Políticas públicas para a educação policial no Brasil: propostas e realizações. Estudos de Sociologia**. Araraquara: UNESP/FCLAR. Semestral. v. 17, n. 33, 2º semestre, 2012.
- SÁ, Leonardo; NETO, João Pedro S. **Entre tapas e chutes: um estudo antropológico do baculejo como exercício de poder policial no cotidiano da cidade. O público e o privado**. Fortaleza: UECE, 2003. Semestral. Conteúdo: ano 9, n. 18, Julho/Dezembro, 2011.
- SILVA, João Batista da. **A violência policial militar e o contexto da formação profissional: um estudo sobre a relação entre violência e educação no espaço da Polícia Militar do Rio Grande do Norte**. Originalmente apresentada como dissertação de mestrado. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2009.
- SOARES, Luiz Eduardo. **Arquitetura Institucional da Segurança Pública no Brasil: três propostas de Reforma Constitucional**. Disponível em: <<http://www.luizeduardosoares.com>>. Consulta em: 18/03/2014.
- SOARES, Luiz Eduardo; BALESTRERI, Ricardo. **A raiz dos nossos problemas de segurança**. Disponível em: <<http://www.luizeduardosoares.com>>. Consulta em: 18/03/2014.
- WASELFISZ, Júlio Jacobo. **Mapa da Violência 2013: homicídios e juventude no Brasil**. Rio de Janeiro: CEBELA, FLACSO BRASIL, 2013.